

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

**Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)**



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

As ciências humanas em uma abordagem multirreferencial

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências humanas em uma abordagem multirreferencial /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-923-3

DOI 10.22533/at.ed.233212503

1. Ciências humanas. I. Batista, Fabiano Eloy Atílio
(Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Estimados leitores e leitoras;

As Ciências Humanas, sobretudo na contemporaneidade, tem passado por numerosos desafios, seja pelas diversas reformulações curriculares, pela implementação de novas políticas públicas e/ou questões ideológicas partidárias, que vem, de forma significativa, secundarizando algumas áreas do conhecimento, em especial as ligadas às humanidades.

Nesse quadro, torna-se fundamental uma reflexão sobre o(s) lugar(es) das Ciências Humanas diante da realidade social que vivenciamos, tendo como propósito uma ampliação das perspectivas de compreensão do mundo e formas de melhorá-lo, mas, especialmente, trazer à tona discussões dentro das esferas sociais e culturais com a finalidade de problematizar e tencionar reflexões sobre o mundo contemporâneo.

Nessa conjectura, é de extrema importância lançarmos um olhar, por diversos ângulos, para as demandas sociais e dos sujeitos, ampliando nosso pensamento sobre o mundo e sobre as diversas realidades que nos cerca, buscando novos eixos e novas formas de pensar (e agir sobre) o local e o global.

Portanto, a obra **“As Ciências Humanas em uma Abordagem Multirreferencial”** reuniu doze textos, a partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar dentro das Ciências Humanas, que nos permitem compreender diversos aspectos sociais e culturais na contemporaneidade, de forma clara e reflexiva.

Assim, essa coletânea de textos aponta reflexões que problematizam sobre múltiplos aspectos e olhares as relações acerca da área das Ciências Humanas a partir de uma abordagem multirreferencial, buscando uma compreensão e análise de múltiplos fenômenos para que assim possamos compreender os fatos sociais sob diversos prismas, sobretudo aqueles acerca da cultura, da educação e da sociedade, entre outras instâncias.

Por fim, espera-se que essa coletânea de textos possa se mostrar como uma possibilidade discursiva e reflexiva para novas pesquisas e novos olhares sobre os objetos das Ciências Humanas.

A todos e todas, uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA: POVO MARCADO, POVO FELIZ Ana Beatriz Duarte Vieira DOI 10.22533/at.ed.2332125031	
CAPÍTULO 2	11
INDÍGENAS SETECENTISTAS: MÁRTIRES, VILÕES OU MESTRES DOS SERTÕES NAS EXPEDIÇÕES MONÇOEIRAS? Marcos Lourenço de Amorim DOI 10.22533/at.ed.2332125032	
CAPÍTULO 3	23
MEMORIAL DA IMIGRAÇÃO E CULTURA JAPONESA DA UFRGS: ENTRE AS MEMÓRIAS DO PASSADO E DO PRESENTE Tomoko Kimura Gaudioso DOI 10.22533/at.ed.2332125033	
CAPÍTULO 4	31
TRABALHANDO A TEMÁTICA DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E CULTURAL EM SALA DE AULA Carmem Lucia Beda de Amorim Sayão Corrêa Patrícia Alves Carvalho DOI 10.22533/at.ed.2332125034	
CAPÍTULO 5	41
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM PERSÉPOLIS E BORDADOS: QUESTIONAMENTOS ACERCA DO PAPEL DA MULHER MUÇULMANA NA SOCIEDADE IRANIANA PÓS-REVOLUÇÃO ISLÂMICA Flávia Abud Luz Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz DOI 10.22533/at.ed.2332125035	
CAPÍTULO 6	50
O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL E SEUS REFLEXOS NA ESTRUTURAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA BRASILEIRA Marcelo Paiva de Medeiros DOI 10.22533/at.ed.2332125036	
CAPÍTULO 7	70
A LIGAÇÃO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A SEGURANÇA PÚBLICA Eliza Minuzzi Ereno DOI 10.22533/at.ed.2332125037	
CAPÍTULO 8	79
CLASSES POPULARES E DESEMPENHO ESCOLAR: ANÁLISE LITERÁRIA A PARTIR	

DE CONTRIBUIÇÕES SOCIOLOGICAS

Desideri Marx Travessini

DOI 10.22533/at.ed.2332125038

CAPÍTULO 9..... 86

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA UNIR/VILHENA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Josimari dos Santos da Conceição

Elayne Barbosa da Silva

Jéssica Bittencourt França

DOI 10.22533/at.ed.2332125039

CAPÍTULO 10..... 94

A NATUREZA JURÍDICA DO IMPEACHMENT E O PROCESSO DE CASSAÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Lucélia Nárjera de Araújo

Vilobaldo Adelídio de Carvalho

Wilma Avelino de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.23321250310

CAPÍTULO 11..... 106

A INDÚSTRIA CULTURAL E O USO DE FONTES AUDIOVISUAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Wilderson Alves Leite

Beatriz Alves Marques

DOI 10.22533/at.ed.23321250311

CAPÍTULO 12..... 115

LA RESIGNIFICACIÓN DE UN CONTEXTO QUE BUSCA EL APALABRAMIENTO: LA INFANCIA COMO SUJETO POLÍTICO

Adriana Obando Aguirre

DOI 10.22533/at.ed.23321250312

SOBRE O ORGANIZADOR..... 129

ÍNDICE REMISSIVO..... 130

CAPÍTULO 2

INDÍGENAS SETECENTISTAS: MÁRTIRES, VILÕES OU MESTRES DOS SERTÕES NAS EXPEDIÇÕES MONÇOEIRAS?

Data de aceite: 01/04/2021

Marcos Lourenço de Amorim

UFGD

RESUMO: Este texto tem o objetivo de dissertar sobre a participação dos indígenas nas expedições monçoeiras no século XVIII e apresentar algumas de suas contribuições, seus sofrimentos e resistências à invasão de seu território. Essas expedições formaram o movimento migratório também denominado “monções”, uma continuação das várias bandeiras que, no século XVI e XVII, percorreram os territórios ocidentais e atravessaram a região onde se formaria o Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Este trabalho faz uma reflexão sobre as ações do indígena no longo processo migratório verificado durante a conquista e que alterou a paisagem interna brasileira. Nesse processo histórico as nações indígenas não tiveram uma homogeneidade de ações, reagiram distintamente, de forma pacífica ou agressiva, exerceram o poder ainda que não o possuísse: mesmo na condição de dominados, desenvolveram forças que se chocaram com as estratégias de dominação ou sutilmente se aliaram a essas forças em busca da sobrevivência. O indígena mesmo sendo rotulado na condição de mártir ou vilão não se pode negar suas preciosas contribuições para a conquista do interior da América e do Brasil. Esses aportes sociais e culturais trazidos por

diferentes etnias autóctones foram além das meras técnicas de caça, pesca e artimanhas de sobrevivência. O indígena legou aos sertanistas um modo de vida, uma relação muito estreita com a terra selvagem e uma comunhão profunda com esse ambiente. Dessa convivência advém uma gama de invenções e um discernimento do meio que legou aos monçoeiros deduções sobre a sombra das árvores, o voo das aves, as pegadas de um bicho, as condições meteorológicas e outras habilidades que pareciam miraculosas ao homem europeu e foram essenciais para o sucesso das expedições monçoeiras.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização, Saberes indígenas, Monções setecentistas.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem o objetivo de dissertar sobre a participação dos indígenas nas expedições monçoeiras dos setecentos e na perspectiva braudeliana (BRAUDEL, 1983) presente na obra de Sérgio Buarque de Holanda (DIAS, 1988) apresentar algumas de suas contribuições, seus sofrimentos e resistências à invasão de seu território. Caberá ao leitor dar resposta às inquirições do título do trabalho a partir da sua narrativa, dos indícios contidos no cotidiano a partir das táticas e estratégias desses atores sociais no interior dessas expedições fluviais (CERTEAU, 1994).

Este texto apresentado com acréscimos foi produzido originalmente durante a pesquisa de Mestrado em 2004, intitulada “O ‘segundo

Eldorado' brasileiro: Navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Ararituaba a Cuiabá (1719-1838)". Na época, estudávamos o movimento monçoeiro, entrelaçado ao bandeirismo paulista. Esse movimento migratório também denominado "monções" foi uma continuação das várias bandeiras que, no século XVI e XVII, percorreram os territórios ocidentais e atravessaram a região onde se formaria o Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Essas expedições, compostas principalmente por moradores da Capitania de São Paulo, devassaram esse espaço geográfico em busca do indígena ou do caminho para as minas do Peru. Essa região, na percepção do colonizador era vista como o sertão, manchas desertas, lugar desconhecido, sem limites, um espaço de formas e tempo múltiplos que, ao ser conhecido e povoado por bandeirantes e monçoeiros se ordenou e passou a ser uma região colonizada, de fronteira, antemuro da colônia.

ÍNDIOS! OURO! PEDRAS – A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS FASES DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL

A pesquisa nos conduziu à temática indígena como um objeto de pesquisa subjacente ao tema das monções e uma obra publicada no ano de 1926, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo produzida por Afonso Taunay denominada *Índios! Ouro! Pedras* com três capítulos dedicados aos sertanistas seiscentistas e aos monçoeiros dos séculos XVII e XVIII alumiou a participação do indígena nas incursões aos sertões sul-mato-grossenses. O esboço biográfico de Antônio Raposo Tavares; a biografia de Fernão Dias Paes; e um discurso intitulado "A glória das monções" que foi proferido, oportunamente, pelo próprio Taunay, a convite do governo de São Paulo por ocasião da inauguração, em Porto Feliz, do monumento comemorativo das Monções, em 26 de abril de 1920 trazem indícios das agruras sofridas e provocadas pelo índio e pelo não-índio nesse processo histórico de conquista e colonização desse espaço geográfico brasileiro (TAUNAY, 1926).

As considerações realizadas nessa obra mostram a dimensão das bandeiras paulistas na ocupação do território onde se formou o oeste brasileiro:

(...)e assim, sob o impulso dos temíveis homens vestidos de couro que são os seus êmulos e sucessores e cujo lema é: o Brasil sempre a oeste! Recuam espavoridos os leões de Castela, recua o meridiano tordesilhano e milhões de quilômetros quadrados se adquirem para o nosso patrimônio nacional. Os exemplos de Raposo Tavares frutificam. Cada vez mais audazes precipitam-se as bandeiras paulistas para o âmago do continente (TAUNAY, 1926. p. 15).

As matas do Brasil ofereceram, indubitavelmente, o extraordinário testemunho da mistura indissociável da aguda ligação entre a terra e o espaço fluvial, promovida pela intensa mobilidade dos homens. Desde o início do século XVII mateiros audazes ergueram nas selvas os abrigos, as roças e as picadas, dando os primeiros passos para a conquista e organização do oeste brasileiro. Em princípio, o alvo único e exclusivo era descobrir

aldeias com o fito de cativar índios. A necessidade de mão-de-obra para o tamanho da terra e criação de rebanhos determinou a busca dos autóctones. Para Cassiano Ricardo a preia ao índio teve uma inspiração da lavoura. Mas, o nomadismo indígena serviu para justificar sua inadequação para a vida agrária (RICARDO, 1938). Entretanto, por muito tempo, a atividade monocultora do açúcar empurrou os preadores aos redutos autóctones do litoral, do interior e até aos núcleos jesuíticos das províncias espanholas. Inúmeras expedições escravagistas saíam à preia de nações silvícolas inteiras. Conforme os relatos sertanistas de Taunay

[...]com Antonio Raposo Tavares à testa..[partiu a bandeira em 1636] de São Paulo com 150 brancos e 1.500 tupis tomou[...] a antiga vereda das migrações primitivas, via que até 1773 seria a única a existir como estrada para o Extremo Sul do Brasil[...]Fez a bandeira em diversas regiões numerosíssimos cativos, que concentrou num campo à margem do Taquari". À época Raposo Tavares contava nesta região, "com o apoio de um preposto, o índio Pirapopi, legítimo pombeiro [negociante ou emissário que atravessava os sertões comerciando com indígenas] no gênero do de Angola (TAUNAY, 1975. p. 60,61 Grifo nosso).

As reduções mais visadas foram as de Guairá, que, muitas vezes, contou com a convivência de algumas autoridades da Província espanhola de Assunção. Um exemplo foi a colaboração de D. Luís de Céspedes Y. Xeria com os preadores de índios. Casado com a sobrinha do governador do Rio de Janeiro, utilizava a mão-de-obra indígena nos engenhos fluminenses e ervais mato-grossenses. O apresamento de índios das missões espanholas acentuou-se ainda mais, durante o domínio holandês, na medida em que os braços indígenas tornaram-se mercadorias altamente valorizadas nas áreas açucareiras.

Assim, todas as vezes que estas expedições mergulhavam nos sertões longínquos retornavam para o litoral com as presas preciosas para o colonialismo luso, apesar de Alfredo Ellis Júnior (1946) sustentar a tese de que a preagem foi um fenômeno essencialmente econômico e predominantemente "crioulo" (ELLIS JUNIOR, 1934). Ocorre que toda produção econômica da Colônia era vinculada ao exclusivismo metropolitano português, conforme evidenciou Fernando Antônio Novais ao tratar a questão dos monopólios coloniais (NOVAIS, 1983).

Embora, nos últimos anos do século XVII, a captura do índio fosse proibida pelas autoridades civis e eclesiásticas, os sertanistas preadores continuaram como grandes fornecedores de peças cativas. Os Campos de Vacaria, banhados, principalmente, pelos Rios Brilhante e Vacaria, afluentes do Ivinhema, todos nutridores do Rio Paraná, eram áreas das povoações paraguaias, consideradas excelentes reduções indígenas, onde os apresadores capturavam levas e levas de silvícolas domesticados ou não, em atenção à demanda dos engenhos nordestinos.

Portanto, as primeiras expedições sertanejas, sobretudo, durante a primeira metade do século XVII, tinham caráter militar e eram constituídas por homens com propósitos bem definidos: apresar índios a serem utilizados como mão-de-obra nos núcleos de produção

colonial. Fatores como a regulamentação do mercado negreiro no Brasil, em 1648, com a reconquista de Angola, a expulsão dos flamengos do Nordeste e o desaquecimento da agro manufatura do açúcar, graças à concorrência antilhana, desestimulou o interesse na mão-de-obra indígena. As condições internas determinaram o enfraquecimento do sertanismo preador, mas não seu desaparecimento. Muitas expedições seguiram rumo ao interior brasileiro, ameaçando as tribos mato-grossenses e goianas. Algumas delas chegaram a atingir o Peru e a Amazônia, como foi o caso do sertanista Antonio Raposo Tavares que, entre os anos de 1648 e 1652, singrou águas do Paraguai, retornou a Itatim, percorreu os contrafortes andinos e alcançou a Bacia Amazônica (TAUNAY, 1926. p. 1-18).

Aos poucos as diligências sertanejas foram alterando seu objeto de interesse. Passaram a misturar atividades preadoras com a prospecção de ricos metais. Os preadores transformavam-se, paulatinamente, em pesquisadores ou “rompedores-de-sertão”, em busca do *índio*, do ouro e das pedras preciosas. Além disso, a perda do monopólio açucareiro urgiu ao governo brasileiro uma nova fonte de acumulação. Surgiu assim a necessidade de estimular a penetração e prospecção do sertão brasileiro, através de recompensas e honrarias aos sertanistas afuroador de minas culminando com a escravidão e o extermínio de muitas nações indígenas, os “negros da terra” (MONTEIRO, 2013).

Taunay destaca, também, o valor interpretativo dos movimentos de penetração, sobretudo, o de Fernão Dias Paes, que, segundo Taunay determinou o grande rush dos paulistanos aos sertões dos Cataguás [indígena extinto que habitava a região do rio das Velhas] e, com isso, implantou os alicerces para a abertura de uma nova e extraordinária fase econômica baseada no ouro (TAUNAY, 1926. p. 83-89).

Nesse processo de transição entre as expedições apreadoras e as expedições mineradoras surgiu o movimento monçoeiro, seja na rota do sul ou na rota do norte é de certa forma, decorrente das descobertas auríferas do Coxipó-mirim e outras jazidas encontradas ao longo dos rios da região, onde se formaria a Capitania de Mato Grosso. Os monçoeiros partiam do porto de Ararituaba, Freguesia de Itu, hoje Porto Feliz, em São Paulo.

O primeiro roteiro das monções paulistas seguia o trajeto: rios Tietê (antigamente conhecido como Anhembi), rio Grande (rio Paraná), rio Anhanduí, rio Pardo, travessia por terra pelos Campos das Vacarias, rio Emboteteu (Miranda), rio Paraguai e rio Cuiabá.

O segundo perfazia o roteiro: rio Tietê, rio Grande (Paraná), rio Pardo, rio Sanguessuga, travessia por terra pelo Varadouro de Camapuã, riacho Camapuã, rio Coxim, rio Taquari, rio Paraguai, rio Porrudos (São Lourenço) e rio Cuiabá.

Esta segunda rota é chamada por Sérgio Buarque de Holanda, de “estrada definitiva das monções”, estabelecida por volta de 1720. Um dos motivos que definiu essa rota foi a descoberta do varadouro de Camapuã, que se transformou, no século XVIII, no mais importante entreposto de apoio às monções paulistas.

Segundo os cálculos de Lacerda e Almeida, as distâncias fluviais sulcadas pelas monções atingiam 531 léguas, ou seja, 3.504,600 km. Assim se distribuía: 152 no Tietê, 29 no Paraná, 75 no Pardo, 17 no Camapuã, 40 no Coxim, 90 no Taquari, 39 no Paraguai, 25 no Porrudos e 64 no Cuiabá. A este enorme percurso aquático era preciso adicionar os 14 quilômetros do varadouro de Camapuã e os 155 quilômetros que medeiam de S. Paulo a Ararataguaba. O total da jornada de S. Paulo às minas cuiabanas passava a ser, pois, de 3.664. De Cuiabá às minas guaporeanas mais noventa e três léguas a caminhar (613,800 km) (LACERDA e ALMEIDA, 1975. Tomo 3. p. 59).

Este texto demonstra que em todo esse percurso de viagem com uma duração de aproximadamente seis meses, os monçoeiros contracenavam com diferentes nações indígenas e mesmo no interior das expedições havia indígenas ocupando funções cruciais ao sucesso do empreendimento.

CONTRIBUIÇÕES INDÍGENAS NAS ROTAS BANDEIRANTES

Entre as contribuições do indígena para o êxito do movimento bandeirante nos séculos XVI e XVII se destaca o conhecimento que esses povos tinham dos caminhos. É sabido que as veredas utilizadas pelos sertanistas nos primeiros tempos, em muitos casos, foram as mesmas trilhas que os índios tinham aberto para uso próprio, “muito caminho pisado mais tarde pelas bandeiras foi aberto e trilhado inicialmente por eles” (BUARQUE DE HOLANDA, 1994. p. 32). Escondidos, disfarçados e cautelosos os naturais da terra corriam as matas e os sertões americanos em apazível ou penosa peregrinação. Esses movimentos formavam uma rede de corredores e trilhas toscas e estreitas que entrecruzavam regiões longínquas, muito antes das naus cabralinas aportarem na terra-brasilis; caminhos rústicos, mas que já existiam antes da chegada do colonizador, foram utilizados pelos bandeirantes; outra questão importante ressalta a dificuldade de locomoção: as trilhas antigas não seguiam rigorosamente um único traçado, principalmente quando deixavam de ser frequentadas por determinado tempo, e acabavam quase desaparecendo, o que fazia cada viagem parecer de certo modo uma exploração nova, exigindo novos cálculos e estratégias; mas o bandeirante sempre contou com a sagacidade do indígena para se locomover nesse habitat e utilizou suas estradas,

[...]a pouca largura desses caminhos, que se adaptavam particularmente ao sistema de marcha característico dos índios não constituiu sério obstáculo a que fossem mais tarde utilizados pelos adventícios. O que sucedeu em outros lugares da América, onde as picadas abertas pelos naturais da terra serviram mais tarde aos europeus, permitindo sua expansão através do continente, ocorreu igualmente e em maior escala, entre nós (BUARQUE DE HOLANDA, 1994. p.33).

São poucas as exceções das trilhas pré-coloniais que facilitavam a caminhada, um exemplo é o famoso caminho do Piabiru ou caminho de São Tomé no Guairá, que

tinha oito palmos de largura e chegou a ser comparado com algumas ruas de Lisboa (Buarque de Holanda, 1994. p.19-35); nesse meio, o selvático, premido pela necessidade de sobrevivência no ambiente agreste, desenvolveu um amplo conjunto de técnicas que abrangia da arte da caça e da coleta de frutos até posturas físicas. Serve como exemplo a sua forma própria de caminhar, onde a planta e os dedos do pé se justapõem totalmente no solo, distribuindo igualmente o peso do caminheiro pelo corpo, fazendo com que as juntas trabalhem igualmente e nenhuma parte sofra maior cansaço; essa forma de caminhar “com os dedos do pé voltados para dentro” também fazia com que os índios economizassem trabalho, porque a ponta do pé encontra menos os galhos dos arbustos rasteiros. Muitas dessas técnicas e recursos que permitiam ao indígena, em suas vagueações, romper grandes distâncias sem maior exaustão, foram transmitidas aos mamelucos, especialmente, aos pioneiros piratinganos que tiveram de adaptar-se aos recursos dos naturais da terra, a fim de sobreviver à adversidade do meio. Ilustra bem essa questão o que se dizia de João Ramalho, um dos precursores da colonização no planalto paulista, que andava nove léguas, antes do jantar (Idem).

As intermináveis caminhadas das comunidades nômades como os Tapuia, Pataxó, Tupimaé e dos Cataguá (BARREIROS, 1979), dos grupos tribais quando saíam de suas aldeias e percorriam a pé longas distâncias para as reuniões de festa ou quando vagueavam, desde meninos, em busca da caça ou coleta, fizeram das populações nativas exímios caminheiros. Essa capacidade e hábito de caminhar, ainda que na maioria das vezes, entre as tribos amigas e sem o aspecto compulsório das caminhadas bandeirantes, deu existência às vias que levavam para o interior do continente e tornou o indígena um profundo conhecedor desses caminhos estreitos, que não permitiam em toda a sua largura mais do que uma pessoa caminhar ao mesmo tempo, mas que de tão utilizados alguns se tornaram rotas regulares, muito tempo antes da chegada do colonizador.

Entre as técnicas desenvolvidas pelo bandeirante, a partir do contato com os nativos está a capacidade de orientação na mata espessa e emaranhada (RIBEIRO, 1986); os adventícios aprenderam a transpor, da maneira mais conveniente e pelos melhores lugares, desde terrenos onde medram árvores silvestres até florestas espessas; cortavam galhos com a mão, à moda dos índios, aqui e ali, enquanto caminhavam e, uma sequência desses galhos quebrados em geral significava uma pista, uma orientação para a caminhada; quando estavam em mato espesso, davam cortes de machado em troncos grossos de árvores para marcar o caminho; o bandeirante não só assimilou esses sinais do nativo, também usou símbolos católicos: uma pequena cruz de madeira fincada no chão significava que próximo do caminhante havia um lugar de pouso, um teto onde ele poderia descansar (ROSA, 1994. p. 20).

O sertanista, graças ao contato prolongado com a selva e com os nativos, desenvolveu um sensível espírito de observação que não se improvisa, estava continuamente desperto a minudências do caminho e criou um sistema de sinais de comunicação numa espécie

de “rústico alfabeto unicamente acessível a indivíduos educados na existência andeja do sertanista” (BUARQUE DE HOLANDA, 1994. p. 20).

Os nativos, segundo objetivas conclusões de Buarque de Holanda, tinham uma capacidade excepcional de locomoção, indivíduos com um senso de orientação quase miraculoso, encontravam meios de orientar-se pelo sol, caminhando centenas de léguas, enfrentando caminhos hostis e espessa mataria, sem se perder. À noite marcavam as horas observando estrelas e durante o dia, pela sombra que o polegar deixa na mão; conheciam pegadas de um homem ou bicho e depois de um exame superficial deduziam com coerente precisão, sobre origem, direção e época em que foram produzidas. O bandeirante assimilou muitas dessas técnicas,

... Foi pelos rastros de um abarracamento que Manoel Dias da Silva, correndo pelo ano de 1736 territórios do atual estado de Mato Grosso, conseguiu averiguar não só que ali tinham estado castelhanos e com personagens de alta patente, como determinar com precisão quanto tempo antes tinham deixado o lugar, o número de animais que levavam e o rumo tomado BUARQUE DE HOLANDA, 1994. p. 21).

O INDÍGENA NA ROTA DAS MONÇÕES

Para singrar os rios do interior da América nos setecentos as embarcações monçoeriras eram canoas fabricada com técnica indígena, em geral feita de um só tronco, de peroba, ximbaúva ou outra árvore de grande diâmetro e que suportasse bem a umidade; o tipo do canoão monçoero adaptado à região amazônica foi apelidado “paulista”, no dizer de José Gonçalves Fonseca. Referia-se a barcos de quatorze e mais metros de comprimento (TAUNAY, 1975. p.65). Segundo Juzarte mediam cerca de cinquenta a sessenta palmos ou, mais ou menos, 12 metros de comprimento e de largura, cinco a sete palmos ou um metro e meio. O tamanho variava, portanto, de acordo com o diâmetro e comprimento das árvores utilizadas. Na borda, a grossura do casco não excedia duas polegadas (5,5 cm). Buarque de Holanda registra que a “escassez dos paus de canoa e madeiras de construção acentua-se de modo bem sensível durante a aventura trágica do Iguatemy e a preocupação causada por essa escassez encontra eco em numerosos documentos oficiais do tempo” (BUARQUE DE HOLANDA, 1976. p. 38.). Outro inconveniente para utilizar essas canoas em grande escala “foi obstado principalmente pelo muito tempo que consumia o trabalho de derribar, falquejar e escavar certos madeiros” (Idem), por isso havia outras canoas que eram feitas com tábuas.

A Contribuição do indígena nesse processo foi primordial para a navegação nos rios encachoeirados da rota das monções porque nenhuma embarcação construída com as técnicas do adventício se adaptaria aos rios navegados de Araraguaba (hoje Porto Feliz em São Paulo) à Cuiabá.



Figura 1

Confecção da canoa. Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829 com gravuras do Autor*. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 272.

Além das canoas fabricada aos moldes autóctones também entre os homens de mareação, poucos brancos eram contratados, sendo a maioria dos trabalhadores constituída por pardos e escravos negros. Índios também eram contratados pelos comerciantes monçoeiros, o que não é de estranhar dada à presença deles nas expedições e também por suas habilidades na arte de navegar. A técnica de mareação das canoas monçoeiras era indígena, com os remeiros todos em pé, “nisso principalmente se diferenciavam elas dos coches africanos, em que todos os remadores iam sentados e de preferência junto à proa” (BUARQUE DE HOLANDA, 1976. p. 32). Rolim de Moura, que considerava a navegação monçoeira uma arte afirmou que para esse ofício o indígena era muito melhor avença.

A presença do indígena nas expedições monçoeiras chegou a causar problemas entre os negociantes e esses trabalhadores. Esse aspecto foi evidenciado numa Carta escrita pelo Secretário de Estado Francisco Mendonça Furtado, endereçada a Rolim de Moura, onde rogava para que se tratasse das questões dos homens de negócios que, navegando rumo a Cuiabá, não estavam pagando o preço combinado pelo trabalho dos índios, prometiam-lhes ouro e pagavam com panos de algodão (APMT LATA 1750-1758 DOCUMENTO 107). Isso faz crer que era razoável o número de índios remeiros.



Figura 2

Descida em uma corredeira.

Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829 com gravuras do Autor. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 285.

Sobre o trabalho nos rios monçoeiros, Taunay escreve que essas tripulações foram certamente vítimas de uma das mais cruéis servidões de que reza a história e que dificilmente houve galés submetidas a mais duros e estafantes serviços (TAUNAY, 1975 Tomo 3. p. 71). Além disso, a fome, o confronto com o indígena e as relações com um meio hostil faziam com que em muitas ocasiões os tripulantes chegassem até a fugir. Em algumas expedições se montava ronda junto aos pousos para evitar as deserções. “Havia o cuidado de contar os homens sempre que entrassem ou saíssem das canoas. Quem pretendesse deixar o porto devia esperar que se fizesse o sinal, a fim de acompanhar o guia” (BUARQUE DE HOLANDA, 1976. p. 71). Contudo, conta-se que muitos remadores untavam o corpo com gordura para não serem agarrados com facilidade ao tentar fugir (Idem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais na rota das monções foram assimétricas ao extremo. Resistindo ou se integrando, o indígena sofreu perdas irreparáveis, entretanto, esse prolongado contato interétnico vem construindo a história brasileira até os dias atuais e nos parâmetros temporais desta pesquisa, centrada no século XVIII e no seu objeto primeiro, as monções

de povoado ou monções do sul, procuro entrelaçar na teia dos fatos da história americana, as ações dos homens que viveram o bandeirismo e o movimento monçoeiro, observando lugares comuns e algumas ideias, além de princípios e estratégias do período monçoeiro herdados dos homens seiscentistas que adentraram aos sertões nos séculos anteriores. Nessa perspectiva, o discurso monçoeiro é visto como uma mistura de pensamentos que se recriaram, a partir da memória do bandeirismo e da cultura autóctone, na explicação de Le Goff,

... o discurso dos homens, em qualquer tom em que tenha sido pronunciado – o da convicção, o da emoção, o da ênfase – é frequentemente apenas um amontoado de ideias feitas, de lugares comuns, de velharias intelectuais, o exutório heteróclito de restos de culturas e de mentalidades de diversas origens e de várias épocas (LE GOFF, 1976. p. 72).

O indígena enriqueceu com técnicas e costumes o universo bandeirante nos séculos XVI e XVII, parte dessa herança dos povos nativos, por sua vez foi legada aos monçoeiros. Ainda que estes não tivessem usado na maior parte do tempo, as estradas terrestres, a experiência indígena e bandeirante viabilizou uma relação mais íntima do monçoeiro com o espaço geográfico americano.

Embora o neto dos primeiros aventureiros que enfrentaram as corredeiras bravias nos rios do oeste tivesse se sentido como um prisioneiro nos estreitos limites de uma canoa, ele assimilou inúmeras técnicas deixadas pela primeira geração de conquistadores das terras do interior do Brasil. Conhecimentos e técnicas do bandeirante são, na maioria dos casos, uma das prerrogativas dos monçoeiros, mesmo quando metamorfoseadas pela situação nova das monções; por sua vez, a contribuição dos indígenas tanto entre aqueles que adentraram o território a pé quanto aos que usaram os rios foi imprescindível. Para Sérgio Buarque de Holanda, sem exagero, essa contribuição os eleva à condição de guias e verdadeiros mestres dos sertões (BUARQUE DE HOLANDA, 1994). Até mesmo os textos considerados de tendência epopeica e de glorificação dos paulistas (Refiro-me a autores como Afonso Taunay, Alcântara Machado, Alfredo Elis Júnior, Pedro Taques e outros autores da historiografia bandeirante paulista) não conseguiram obscurecer essa contribuição: até neles, ainda que de revés, o indígena aparece como elemento fecundo e positivo.

As ações dos grupos indígenas no longo processo migratório, verificado durante a conquista do território americano não tiveram uma homogeneidade. Eles reagiram distintamente, de forma pacífica ou agressiva, exerceram o poder ainda que não o possuíssem, mesmo na condição de dominados, desenvolveram forças que se chocaram com as estratégias de dominação ou sutilmente se aliaram a essas forças em busca da sobrevivência. É a partir dessa condição que se efetiva a contribuição do índio para as expedições bandeirantes e monçoeiras em suas incursões ao interior do território brasileiro, ou seja, mesmo submetido ao aviltamento, o indígena em sua resistência não perdeu a

condição de ator social e foi capaz de imprimir derrotas ao colonizador como também, ao longo dos anos, assimilou a cultura estranha e influenciou as práticas do adventício, em um caldeamento de ações, valores e técnicas.

REFERÊNCIAS

APMT Arquivo Público de Mato Grosso. **Correspondência entre Rolim de Moura e o Secretário de Estado Francisco Mendonça Furtado**, em 12/12/1758 LATA 1750-1758 DOCUMENTO 107.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Roteiro das Esmeraldas : a bandeira de Fernão Dias Paes**. Rio de Janeiro. José Olympio, 1979.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II. São Paulo: Martins Fontes, 1983.**

BUARQUE DE HOLANDA. **Monções**. 2ª edição - Edição Ilustrada. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

_____. 1994. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **O Bandeirismo na Economia do Século XVIII**. In: Curso de Bandeirologia, promovido pelo Departamento Estadual de Informações de São Paulo, então dirigido por Honório de Sylos, 1946.

_____. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. São Paulo: Editora Nacional, 1934.

LACERDA e ALMEIDA, in Taunay Tomo 3 **História das Bandeiras Paulistas**. In TAUNAY, A.E. História das Bandeiras Paulistas. Tomo 3. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

LE GOFF, Jacques. **História: novos objetos**. Tradução Terezinha Marinho. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

NOVAIS, Fernando Antônio . **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo, Hucitec, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil**. Petrópolis Vozes, 1986.

RICARDO, Cassiano. **O Negro no Bandeirismo Paulista**. In: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, v. 47, 1938.

ROSA, Antônio Joaquim da. **A Cruz de Cedro** (São Roque, 1924), p. 15. In. Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TAUNAY, Afonso de E. *Índios! Ouro! Pedras!* São Paulo: Melhoramentos, 1926.

_____. **História das Bandeiras Paulistas**. Tomo 3. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 86, 87, 88, 91, 92

Aprendizado 31, 34, 39

Aspectos Legais 71, 94, 98

B

Bem-Estar Social 51, 53, 54, 55, 57, 61, 62

Brasil 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 50, 51, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 73, 77, 78, 85, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 109, 110

C

Colonização 11, 12, 16, 33, 51, 63

Comunidade 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 25, 27, 33, 54, 56, 73, 80, 88

Comunidade Quilombola 1, 2, 4, 8, 9, 10

Crise de Efetividade 50

Cultura 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 58, 61, 71, 77, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 93, 103, 104, 107, 109, 110, 111, 129

Cultura Japonesa 23, 24, 26, 27, 28, 29

D

Desempenho Escolar 79, 80, 81, 82

Direitos das Mulheres 41, 42, 48

Direitos Humanos 9, 31, 34, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Diversidade 1, 4, 8, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40

E

Educação 4, 5, 7, 10, 24, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 48, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 79, 80, 84, 88, 90, 92, 93, 106, 129

Ensino 28, 31, 34, 35, 36, 38, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 106, 129

Ensino de História 38, 106

Equidade 1, 3, 4, 6, 10

Escola 29, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 44, 46, 68, 69, 80, 81, 82, 83, 85, 92, 93, 106, 114

Estado Constitucional 50, 51

Étnico-Racial 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40

Experiência 3, 20, 31, 80, 86, 89, 90, 91, 92, 93

F

Fontes Audiovisuais 106, 107

G

Gênero 13, 34, 41, 44, 49, 60, 129

Governo 3, 10, 12, 14, 25, 43, 45, 46, 55, 62, 65, 66, 73, 77, 96, 97, 98, 101, 103

H

História 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 50, 68, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114

I

Identidades 41, 43

Imigração 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Imigração Japonesa 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Impeachment 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

Indígena 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 61

Indústria Cultural 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114

Infância 48, 60, 92, 115

Irã 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Islã 41, 42, 43, 48, 49

J

Justiça 1, 3, 4, 6, 9, 10, 51, 56, 105

M

Memória 5, 20, 23, 24, 25, 26

Metodologia 30, 37, 86, 106

Mulher 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 56

Mulheres 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 57, 62, 88

N

Natureza Jurídica 94, 100, 102, 105

P

Política 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 29, 35, 42, 44, 45, 50, 52, 56, 57, 61, 62, 66, 69, 72, 75, 77, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 104, 112, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128

Políticas Públicas 1, 2, 3, 5, 7, 8, 50, 52, 61, 66, 71, 77

Populações Vulneráveis 1, 8

Povo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 32, 37, 53, 54, 66, 70, 73, 75, 83, 96

Q

Quilombola 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10

R

Raça 2, 38, 72

S

Saberes 2, 11, 32, 33, 34, 38, 91

Saberes Indígenas 11, 33

Segurança Pública 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Sociedade 2, 3, 4, 6, 7, 8, 12, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 63, 65, 66, 71, 72, 75, 76, 77, 90, 108, 110, 129

Subjetividade 84

Sujeito Político 115

V

Valorização 1, 3, 5, 6, 8, 31, 32, 35, 38

Violência 51, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 112, 115

Vulnerabilidade 7, 27, 60, 88, 92, 115

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021